



## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 008. PROVA OBJETIVA

CONTADOR

(CÓD. 009)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

#### *Cotas têm prós e contras*

Levantamento feito pela *Folha de São Paulo* ao final de 2017 mostrou que, em boa parte dos cursos universitários, alunos que ingressam por meio de cotas se formam com notas próximas dos demais. O estudo usou os resultados de mais de 250 mil estudantes nas três últimas edições do Enade e constatou que alunos cotistas chegam a ter notas melhores que os outros, por exemplo, em odontologia.

É refrescante dispormos de dados objetivos sobre um assunto tantas vezes poluído por ideologias. É inegável que ações afirmativas, como as cotas, são importantes mecanismos de justiça social em um país tão profundamente injusto como o nosso. E as conclusões do levantamento indicam que tais ferramentas são válidas também no plano acadêmico: não se confirmam os prognósticos de que o ingresso de alunos cotistas resultaria em degradação da qualidade dos cursos.

O perigo é alguém acreditar que cotas resolvem alguma coisa no médio prazo. Nosso sistema educacional está doente, e cotas são como um antitérmico, que reduz o desconforto do paciente, mas não ataca as causas da febre. O que precisamos é que a escola pública, democrática e gratuita, ofereça formação de qualidade, para que as cotas se tornem desnecessárias. Não é uma utopia: acontece em muitos outros países, inclusive mais pobres que o Brasil.

Ações afirmativas não podem servir de alibi para continuarmos oferecendo formação inferior aos filhos das classes mais desfavorecidas. Até porque propiciar acesso à universidade a alguns desses jovens deixa muita coisa por resolver. O mesmo levantamento mostra que as notas de cotistas são sim inferiores à média nos cursos de exatas, possivelmente os mais críticos para o desenvolvimento do país.

Não é difícil aventar uma explicação. Em matemática, cada etapa prepara a seguinte, não é possível pular. Quem não aprendeu multiplicação, não vai nunca entender frações. Se a matemática não é ensinada na escola, na faculdade é simplesmente tarde demais. E aí os benefícios da ação afirmativa foram desperdiçados.

Na virada do ano, outra notícia alvissareira: a Unicamp, talvez a mais inovadora de nossas universidades, aprovou a criação de até 10% de vagas extras em seus cursos para candidatos premiados em competições escolares, como as Olimpíadas Brasileiras de Matemática e Física. Uma espécie de "cotas por mérito".

Como todas as ideias inteligentes e com potencial para fazer diferença, essa também desperta oposição. Inclusive de setores que advogam as cotas sociais, o que talvez não seja surpreendente, mas é certamente lamentável. Tomara que a inteligência prevaleça.

(Marcelo Viana. *Folha de S.Paulo*, 21.01.2018. Adaptado)

**01.** Conforme a opinião do autor,

- (A) o oferecimento de cotas tende a democratizar a oferta de ensino, o que dispensa a necessidade de melhorar a qualidade das escolas públicas.
- (B) ações afirmativas como cotas são mais determinantes para a superação das desigualdades na educação do que escolas públicas de qualidade.
- (C) o baixo rendimento de cotistas nos cursos de exatas comprova que a entrada nas universidades por essa via de acesso é questionável.
- (D) as cotas acabam sendo apenas um paliativo, e não extinguem a demanda por uma escola pública que ofereça ensino de qualidade.
- (E) o sistema de cotas sociais tem comprometido a qualidade do ensino superior, o que justificaria a sua substituição pelas cotas por mérito.

**02.** Conforme a opinião do autor, o oferecimento de vagas extras pela Unicamp a candidatos premiados pelo desempenho acima da média em exatas é uma

- (A) ideia retrógrada, na medida em que prejudica os menos favorecidos, ao competir com o sistema de cotas sociais.
- (B) tentativa dissimulada de privilegiar alunos com maior poder aquisitivo em detrimento daqueles menos favorecidos.
- (C) maneira de burlar os processos seletivos para o ensino superior com base no mérito, e precisa ser melhor explicada.
- (D) ideia lamentável cuja implementação põe em risco os benefícios de ações afirmativas como as cotas sociais.
- (E) proposta bem concebida que, a despeito da oposição de alguns setores, pode sim ter impacto positivo para a educação.

**03.** Considere as frases:

- Ações afirmativas não podem servir de **alibi** para continuarmos oferecendo formação inferior...
- Até porque **propiciar** acesso à universidade a alguns desses jovens...
- Na virada do ano, outra notícia **alvissareira**...

As palavras destacadas nas frases têm como sinônimos, respectivamente:

- (A) influência; conquistar; conflitante.
- (B) justificativa; oferecer; promissora.
- (C) motivo; realizar; polêmica.
- (D) iniciativa; permitir; inconsistente.
- (E) propósito; disponibilizar; impactante.

04. O termo destacado na frase do último parágrafo – ... **essa** também desperta oposição. – refere-se à
- (A) Unicamp como possivelmente sendo a mais inovadora de nossas universidades.
  - (B) necessidade de se aumentar a quantidade de vagas nos cursos da Unicamp.
  - (C) criação de competições escolares de matemática e de física em escolas.
  - (D) sugestão de que bom desempenho em matemática e física seja tido como mérito.
  - (E) ideia de se destinar um percentual de vagas para cotas por mérito na Unicamp.
05. O termo destacado em – E **aí** os benefícios da ação afirmativa foram desperdiçados. – pode ser substituído, sem alteração do sentido da frase e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, por
- (A) tampouco.
  - (B) às vezes.
  - (C) então.
  - (D) aos poucos.
  - (E) provavelmente.
06. Assinale a alternativa que apresenta passagem do texto caracterizada pelo emprego de palavras em sentido figurado.
- (A) O estudo usou os resultados de mais de 250 mil estudantes nas três últimas edições do Enade...
  - (B) ... cotas são como um antitérmico, que reduz o desconforto do paciente, mas não ataca as causas da febre.
  - (C) ... alunos cotistas chegam a ter notas melhores que os outros, por exemplo, em odontologia.
  - (D) Não é uma utopia: acontece em muitos outros países, inclusive mais pobres que o Brasil.
  - (E) O mesmo levantamento mostra que as notas de cotistas são sim inferiores à média nos cursos de exatas...
07. Substituindo-se os termos em destaque na passagem – ... **aprovou** a criação de até 10% de vagas extras em seus cursos para candidatas **premiados** em competições escolares... –, a redação estará correta quanto à regência, de acordo com a norma-padrão, em:
- (A) ... mostrou-se favorável à criação de até 10% de vagas extras em seus cursos para candidatas que se notabilizaram em competições escolares...
  - (B) ... mostrou-se favorável a criação de até 10% de vagas extras em seus cursos para candidatas que se notabilizaram com competições escolares...
  - (C) ... mostrou-se favorável da criação de até 10% de vagas extras em seus cursos para candidatas que se notabilizaram em competições escolares...
  - (D) ... mostrou-se favorável pela criação de até 10% de vagas extras em seus cursos para candidatas que se notabilizaram de competições escolares...
  - (E) ... mostrou-se favorável com a criação de até 10% de vagas extras em seus cursos para candidatas que se notabilizaram por competições escolares...
08. Alterando-se a frase – É refrescante dispormos de dados objetivos sobre um assunto tantas vezes poluído por ideologias. –, ela permanece correta quanto ao emprego dos verbos, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, em:
- (A) Se dispuséssemos de dados objetivos sobre um assunto tantas vezes poluído por ideologias, estaríamos aliviados.
  - (B) Se dispuséssemos de dados objetivos sobre um assunto tantas vezes poluído por ideologias, estaremos aliviados.
  - (C) Se dispomos de dados objetivos sobre um assunto tantas vezes poluído por ideologias, estaríamos aliviados.
  - (D) Se dispusermos de dados objetivos sobre um assunto tantas vezes poluído por ideologias, estávamos aliviados.
  - (E) Se dispomos de dados objetivos sobre um assunto tantas vezes poluído por ideologias, estaríamos aliviados.
09. Considere o trecho:
- Como todas as ideias inteligentes e com potencial para fazer diferença, essa também desperta **oposição**. Inclusive de setores que **advogam** as cotas sociais...
- Os termos em destaque no trecho têm como antônimos, respectivamente,
- (A) incerteza e exigem.
  - (B) aceitação e combatem.
  - (C) indicação e contestam.
  - (D) indiferença e repelem.
  - (E) confrontação e desprezam.
10. Assinale a alternativa em cuja frase o acento indicativo da crase está corretamente empregado, conforme a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) Não há indícios de que a entrada de cotistas seja danosa **à** alguns cursos, como se pensava.
  - (B) Estudiosos do assunto divergem quanto aos benefícios das cotas **à** médio e longo prazos.
  - (C) O acesso **às** universidades é apenas um primeiro passo para democratização do ensino de qualidade.
  - (D) A falta de conhecimentos básicos de matemática torna-se prejudicial **à** quem almeja o ensino superior.
  - (E) Segundo pesquisa recente, boa parte dos brasileiros é favorável **à** ações afirmativas como cotas sociais.

11. Uma linha de transmissão de energia tem 24 torres posicionadas em linha reta e numeradas sequencialmente de 1 a 24, mantendo-se, entre duas torres consecutivas, sempre a mesma distância. Nessas condições, se a distância entre a torre de número 3 e a de número 9 é igual a 3 120 m, então a distância entre a torre de número 1 e a torre de número 24 é igual a
- (A) 13,20 km.
  - (B) 12,52 km.
  - (C) 12,48 km.
  - (D) 11,96 km.
  - (E) 11,44 km.
12. Cinco amigos decidiram comprar um bilhete de certa loteria, sendo o custo do bilhete dividido igualmente entre eles. Posteriormente, outros três amigos decidiram participar do bolão, e o custo do bilhete foi novamente dividido igualmente, agora entre os oito amigos. Desse modo, o valor da contribuição de cada um dos cinco participantes iniciais foi diminuído em 9 reais. O custo total, em reais, desse bilhete é igual a
- (A) 140.
  - (B) 120.
  - (C) 110.
  - (D) 100.
  - (E) 90.
13. Gertrudes, que é doceira, recebeu três encomendas para festas. Sabe-se que, em cada uma das encomendas, foram usadas quantidades diferentes de ovos, iguais a  $x$ ,  $y$  e  $z$ , tais que  $x + y = 40$ ,  $x + z = 30$  e  $y + z = 38$ . Desse modo, é correto afirmar que, para a produção dessas três encomendas, Gertrudes usou uma quantidade de ovos igual a
- (A) 3,5 dúzias.
  - (B) 4 dúzias.
  - (C) 4,5 dúzias.
  - (D) 5 dúzias.
  - (E) 5,5 dúzias.
14. Uma empresa produz e comercializa um único produto. Sabe-se que, no mês de dezembro, o número de unidades vendidas cresceu 15% em relação a novembro e que, devido a promoções natalinas, o preço unitário em dezembro foi 10% inferior ao do mês anterior. Desse modo, a receita obtida com a venda desse produto em dezembro teve, em relação à receita obtida em novembro, um aumento de
- (A) 3,5%
  - (B) 4,5%
  - (C) 5%
  - (D) 6%
  - (E) 7,5%



18. Na figura, cujas dimensões indicadas estão em metros, a região I, com a forma de um triângulo retângulo, e a região II, de formato retangular, compõem um terreno ABCD, adquirido por uma incorporadora.

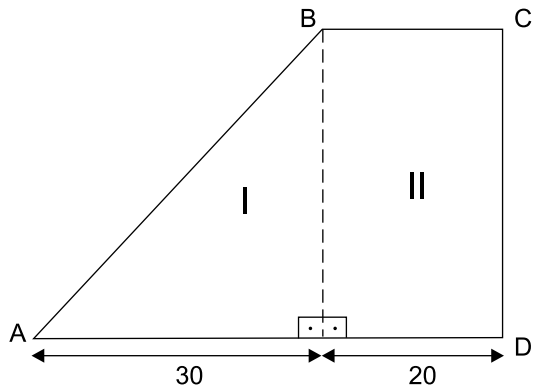
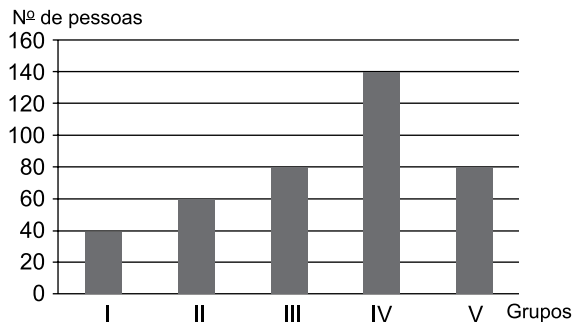


Figura fora de escala

Sabendo-se que a área da região I é  $600 \text{ m}^2$ , é correto afirmar que o perímetro do terreno ABCD é igual a

- (A) 180 m.  
 (B) 160 m.  
 (C) 150 m.  
 (D) 140 m.  
 (E) 120 m.
19. Uma pesquisa eleitoral feita para um segundo turno ouviu pessoas de 5 grupos selecionados. Os dados encontram-se representados no gráfico a seguir.



Do número total de pessoas ouvidas nessa pesquisa, sabe-se que a razão entre o número de mulheres e o número de homens é  $\frac{2}{3}$ , e que  $\frac{3}{5}$  dos homens fizeram opção pelo candidato A. O número de homens que escolheu o candidato A foi

- (A) 96.  
 (B) 110.  
 (C) 126.  
 (D) 140.  
 (E) 144.

20. Ítalo está transportando quatro amigos em seu carro. Se a média aritmética das idades dos quatro amigos é igual a 23,5 anos e, incluindo Ítalo, a média aumenta em 0,5 ano, então a idade de Ítalo é

- (A) 24.  
 (B) 25.  
 (C) 26.  
 (D) 27.  
 (E) 28.

R A S C U N H O

## LEGISLAÇÃO

- 21.** A Câmara Municipal de Nova Odessa, por meio de uma das suas comissões permanentes, pretende convocar o chefe de serviço de uma sociedade de economia mista municipal para prestar informações sobre assunto, previamente determinado, de sua área de atuação. Nessa hipótese, a Lei Orgânica Municipal dispõe que
- (A) a convocação deve ser efetivada por meio do Presidente da Câmara, uma vez que uma comissão não detém esse poder.
  - (B) o chefe de serviço não ficará obrigado a comparecer, pois ele não responde pela empresa pública, devendo ser convocado o seu Diretor-Presidente.
  - (C) a comissão, como não tem poderes para esse fim, deve requerer à Mesa da Casa que faça a convocação em seu nome.
  - (D) a comissão poderá fazer a convocação, pois detém esse poder, mas o convocado não é obrigado a atendê-la, pois apenas o Presidente da Casa e uma CPI poderiam impor essa obrigação.
  - (E) a comissão detém poderes para fazer diretamente a convocação, e o chefe de serviço é obrigado a atendê-la, sob pena de responder perante a lei pelo eventual descumprimento.
- 22.** Aquiles, Vereador no Município de Nova Odessa, deixou de comparecer a um quinto das sessões ordinárias da Câmara no último ano legislativo e, recentemente, por ter cometido ilícito penal, sofreu condenação criminal em sentença transitada em julgado. Nessa hipótese, segundo o disposto na Lei Orgânica do Município, é correto afirmar que Aquiles
- (A) não perderá o mandato pelas ausências nas sessões, mas o perderá, automaticamente, em decorrência da condenação criminal.
  - (B) perderá o mandato, automaticamente, seja pela ausência nas sessões, seja em virtude da referida condenação criminal.
  - (C) não perderá o mandato pela ausência nas sessões, mas poderá perdê-lo por causa da condenação criminal, desde que a Câmara, por maioria absoluta, assim decida.
  - (D) perderá o mandato, automaticamente, em razão da ausência nas sessões e também poderia perdê-lo em virtude da condenação criminal se a Câmara assim decidisse.
  - (E) poderá perder o mandato em decorrência de ambas as hipóteses, mas dependerá da decisão da Câmara nesse sentido num caso ou noutro.
- 23.** Segundo a Lei Orgânica do Município de Nova Odessa, a redução de despesas com cargos em comissão
- (A) é vedada pela Lei.
  - (B) será obrigatória quando ela atingir mais de 20% do orçamento municipal.
  - (C) poderá ocorrer por meio de projeto de lei, desde que os cargos extintos sejam substituídos por cargos de provimento efetivo.
  - (D) é permitida, com o objetivo de atender limites estabelecidos em lei complementar específica.
  - (E) poderá ocorrer, desde que, primeiro, sejam reduzidas as despesas com as funções de confiança.
- 24.** Considerando o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Odessa, assinale a alternativa correta a respeito das Regras de Tramitação Plenária.
- (A) As proposições constantes da Ordem do Dia poderão ser objeto de adiamento, retirada da pauta, prejudicabilidade e pedido de vista, vedados pedidos de preferência.
  - (B) Quando houver orador na Tribuna discutindo a matéria ou encaminhando sua votação, o requerimento de adiamento só por ele poderá ser proposto.
  - (C) A retirada de proposição constante da Ordem do Dia não se dará quando houver parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que tenha concluído pela sua inconstitucionalidade ou ilegalidade.
  - (D) A emenda e subemenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada, considerar-se-ão prejudicadas e assim serão declaradas pelo Primeiro Secretário da Mesa, que determinará seu arquivamento, sem apreciação pelo Plenário.
  - (E) O vereador poderá requerer verbalmente vista de processo relativo a qualquer proposição, que será deferido pelo presidente, ainda que a proposição esteja sujeita ao regime de urgência especial.
- 25.** Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Odessa, o recurso contra atos da Mesa e do presidente da Câmara deverá ser interposto, por simples petição dirigida a quem de direito, no prazo de dez (10) dias, contados da data da ciência ao interessado na decisão, e será encaminhado
- (A) à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para opinar e elaborar projeto de Resolução e posterior votação no Plenário.
  - (B) à Secretaria-Geral da Presidência para autuação e posterior remessa ao Departamento Jurídico da Câmara para elaborar seu parecer.
  - (C) diretamente ao Plenário da Casa, para deliberação e decisão a ser formulada por meio de decreto-legislativo.
  - (D) aos debates da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para posterior votação em plenário, que deverá acolher ou rejeitar integralmente o recurso.
  - (E) à Consultoria Jurídica da Câmara para o devido parecer e, em seguida, ao Plenário para a respectiva deliberação e votação.

26. A Biblioteca de Documentos a seguir, apresentada no modo de exibição Detalhes, foi extraída do MS-Windows 7, em sua configuração padrão. No momento, a imagem JPEG 100\_3202 é a terceira da lista de arquivos.

Biblioteca Documentos			
Outros			
Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
 100_3198	13/12/2005 06:51	Imagem JPEG	774 KB
 100_3199	13/12/2005 07:15	Imagem JPEG	864 KB
 100_3202	13/12/2005 07:16	Imagem JPEG	563 KB
 100_3203	13/12/2005 07:16	Imagem JPEG	781 KB
 100_3213	13/12/2005 07:25	Imagem JPEG	822 KB
 100_3216	13/12/2005 07:31	Imagem JPEG	906 KB
 100_3217	13/12/2005 07:34	Imagem JPEG	938 KB
 100_3225	13/12/2005 07:36	Imagem JPEG	905 KB
 100_3226	13/12/2005 07:36	Imagem JPEG	806 KB
 100_3227	13/12/2005 07:36	Imagem JPEG	783 KB
 100_3229	13/12/2005 07:36	Imagem JPEG	1.032 KB

Considere que, para reordenar a lista, o usuário clicou no rótulo “Tamanho”, apenas uma vez. Como confirmação dessa ação, os rótulos foram atualizados para:

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
------	---------------------	------	---------

Após a reordenação promovida pelo usuário, a terceira imagem JPEG da lista de arquivos passou a ser a

- (A) 100\_3198
- (B) 100\_3202
- (C) 100\_3216
- (D) 100\_3203
- (E) 100\_3229



27. Assinale a alternativa que contém o recurso associado ao ícone do Google Chrome, versão 65.0.3325.162.

- (A) Adicionar esta página aos favoritos.
- (B) Inspeccionar a página.
- (C) Clique para voltar a página.
- (D) Recarregar esta página.
- (E) Personalizar e controlar o Google Chrome.



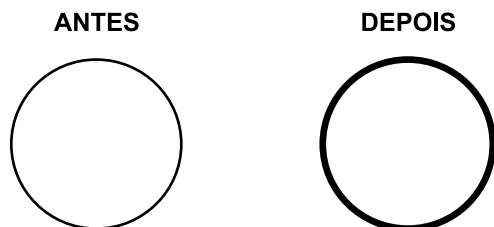
28. Observe a planilha a seguir, extraída do MS-Excel 2010 em sua configuração padrão.

	A	B	C
1		Pontos	Extra
2	Paula Costa	300	200
3	Daniela Moura	350	350
4	Cesar Pires	200	350
5	Gustavo Flores	300	600
6	Maria Pinheiro	500	250
7	Pedro Goes	600	300
8		3	3






Considerando que o caractere “;” (ponto e vírgula) está configurado como separador dos argumentos das funções, a fórmula que, ao ser inserida na célula B8, resulta no mesmo valor apresentado nela atualmente é

- (A) =CONT.NÚM(B2:B7)  
 (B) =SE(B2>3;300;2)  
 (C) =MÉDIA(B2:B7)  
 (D) =CON.NÚM(B2:B7;C2:C7)  
 (E) =CONT.SE(B2:B7;“>300”)

29. Observe as figuras a seguir, extraídas do MS-PowerPoint 2010 em sua configuração padrão. Elas apresentam o mesmo círculo em dois momentos, ANTES e DEPOIS, da utilização de um recurso de formatação que pertence ao grupo Estilos da Forma, da guia Ferramentas de Desenho > Formatar.



Assinale a alternativa que contém o ícone do recurso de formatação que permitiu mudar a largura da linha de contorno do círculo.

- (A)   
 (B)   
 (C)   
 (D)   
 (E) 

30. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, o ícone



, do grupo Parágrafo, da guia Página Inicial, permite ao usuário

- (A) alinhar o texto à direita.  
 (B) alinhar o texto à esquerda.  
 (C) aumentar o nível do recuo do parágrafo.  
 (D) diminuir o nível do recuo do parágrafo.  
 (E) alterar o espaço entre as linhas do texto.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Estrutura Conceitual da Contabilidade define que um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para ela é

- (A) um passivo.  
 (B) uma despesa.  
 (C) uma receita.  
 (D) um ativo.  
 (E) um custo.

32. Em um determinado exercício social, uma empresa apresentou um Ativo Total de R\$ 1.500.000,00 e um Passivo Total de R\$ 1.200.000,00. No exercício social seguinte, tanto o Ativo Total quanto o Passivo Total aumentaram 8%. Então, é correto afirmar que

- (A) o valor do Patrimônio Líquido da empresa no exercício social seguinte foi de R\$ 300.000,00.  
 (B) o crescimento do Passivo Total, em reais, foi maior do que o do Ativo Total.  
 (C) o Patrimônio Líquido da empresa no exercício seguinte aumentou 8%.  
 (D) o Ativo Total no exercício social seguinte aumentou R\$ 120.000,00 a mais que o Passivo Total.  
 (E) a sociedade apresentou resultado abrangente nulo no exercício social seguinte.

**33.** Uma companhia adquiriu um ativo por R\$ 2.000.000,00, pagando uma entrada de 20% do valor e o restante financiado em 20 parcelas mensais e consecutivas. Ela também incorreu em despesas totais no valor de R\$ 300.000,00 das quais apenas 70% foram pagas e 30% financiadas.

Considerando-se apenas os fatos contábeis acima descritos, é correto afirmar que

- (A) o Patrimônio Líquido da companhia diminuiu em R\$ 210.000,00.
- (B) o Ativo da companhia aumentou em R\$ 1.790.000,00.
- (C) o Passivo da companhia não sofreu qualquer alteração.
- (D) o Patrimônio Líquido da companhia diminuiu em R\$ 90.000,00.
- (E) o Ativo da companhia aumentou em R\$ 1.390.000,00.

**34.** Analise o rol de contas da escrituração contábil de uma sociedade empresária a seguir:

- Ajuste para Perdas Previstas em Recebíveis (conta redutora do Ativo).
- Reserva legal.
- Despesas Antecipadas.
- Recebíveis.
- Depreciação Acumulada.
- Despesas de Depreciação.
- Receitas a Apropriar.
- Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.
- Reserva de Ágio na Emissão de Ações.
- Investimentos em Coligadas e Controladas.

O número de contas com saldo credor no rol acima é:

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

**35.** Uma indústria sediada em São Paulo importou uma máquina para sua produção industrial. Incorreu nos seguintes gastos, em reais:

• Preço da máquina colocada no porto de Santos, sem impostos	2.300.000,00
• Impostos pagos não recuperáveis	400.000,00
• Taxas de armazenagem e alfandegárias no porto	120.000,00
• Despesas com frete da máquina até a fábrica	30.000,00
• Gastos com instalação da máquina	40.000,00

A máquina foi colocada em funcionamento em primeiro de maio do exercício corrente. Seu valor residual foi estimado em 250.000,00 pelo departamento de engenharia da fábrica. O mesmo departamento estimou sua vida útil em 10 anos.

O valor da despesa de depreciação que deve ser lançado no final do exercício corrente corresponde, em R\$, a:

- (A) 220.000,00
- (B) 214.500,00
- (C) 176.000,00
- (D) 174.000,00
- (E) 173.333,33

**36.** Uma companhia comercial adquiriu mercadorias no valor total de R\$ 3.300.000,00 (IPI incluso no valor de R\$ 300.000,00 não recuperável). Posteriormente, vendeu 50% desse lote por R\$ 2.000.000,00. Ambas as operações foram taxadas pelo Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) à alíquota de 18%, e a companhia é tributada tanto pela Contribuição para a Integração Social (PIS) quanto pela Contribuição para a Seguridade Social (COFINS) no regime de incidência cumulativa, cuja alíquota conjunta é 3,65%. O lucro bruto auferido nessa operação correspondeu, em R\$, a

- (A) 187.000,00
- (B) 180.000,00
- (C) 170.000,00
- (D) 167.000,00
- (E) 160.000,00

Utilize as informações do balancete de verificação a seguir para responder às questões de números 37 a 40.

<b>BALANCETE DE VERIFICAÇÃO – CIA. A – 31-12-20x0 – EM R\$</b>		
Contas	Saldos devedores	Saldos credores
Caixa e Equivalentes Caixa	120.000,00	
Capital Social		500.000,00
Fornecedores		210.000,00
Imobilizado	670.000,00	
Empréstimos de longo Prazo		290.000,00
Estoques	350.000,00	
Recebíveis	300.000,00	
Depreciação Acumulada		240.000,00
Investimentos Permanentes	190.000,00	
Contas a Pagar		105.000,00
Intangível	70.000,00	
Tributos sobre o Lucro a Recolher		85.000,00
Reservas de Lucro		130.000,00
Receita de Vendas		900.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	410.000,00	
Despesas Gerais e Administrativas	250.000,00	
Receitas Financeiras		55.000,00
Despesas Financeiras	70.000,00	
Tributos sobre o Lucro	85.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>2.515.000,00</b>	<b>2.515.000,00</b>

Informações adicionais:

- Do resultado apurado no exercício, houve a contabilização da proposta de pagamento do dividendo mínimo estatutário de R\$ 40.000,00, a ser pago após aprovação da Assembleia Geral da companhia até abril de 20x1.
- O valor do Patrimônio Líquido no início do ano era de R\$ 630.000,00.

37. O total do Ativo Não Circulante em 31-12-20x0 correspondeu, em R\$, a

- 930.000,00
- 690.000,00
- 670.000,00
- 620.000,00
- 600.000,00

38. O Lucro Líquido do Exercício apurado na Demonstração de Resultado de 20x0 equivaleu, em R\$, a

- 490.000,00
- 240.000,00
- 210.000,00
- 170.000,00
- 140.000,00

39. O valor total do Patrimônio Líquido, na mesma data, montou, em R\$, a:

- 730.000,00
- 750.000,00
- 770.000,00
- 800.000,00
- 820.000,00

40. O Índice de Liquidez Corrente da companhia, em 31-12-20x0, foi:

- 1,80
- 1,75
- 1,70
- 1,65
- 1,60

41. O Índice de retorno sobre o patrimônio líquido médio no exercício foi, em %, (despreze os algarismos a partir da terceira casa decimal da percentagem):

- 20,58
- 19,17
- 18,63
- 18,12
- 17,52

42. Dados extraídos da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. Bananal, em R\$:

• Lucro líquido do exercício	750.000,00
• Despesas de Depreciação	80.000,00
• Receita da Equivalência Patrimonial	120.000,00
• Aumento em Recebíveis	90.000,00
• Aumento em Fornecedores	110.000,00
• Diminuição em Estoques	30.000,00
• Diminuição em Contas a Pagar	60.000,00

Utilizando-se os dados fornecidos e aplicando-se o método indireto, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi, em R\$, equivalente a

- (A) 750.000,00
- (B) 730.000,00
- (C) 720.000,00
- (D) 710.000,00
- (E) 700.000,00

43. Os dados a seguir foram extraídos do sistema integrado de Contabilidade de Custos da Cia. Cruzeiro do Sul, que utiliza o sistema de custeio por absorção, relativos ao exercício social findo em 31-12-2017, em R\$:

Aquisição de Materiais Diretos	320.000,00
Estoque Final de Produtos em Elaboração	120.000,00
Custo dos Produtos Vendidos	970.000,00
Estoque Inicial de Materiais Diretos	60.000,00
Mão de Obra Direta	255.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	100.000,00
Custos Indiretos de Fabricação	430.000,00
Estoque Final de Materiais Diretos	45.000,00

A variação dos estoques de produtos acabados no exercício em tela foi

- (A) positiva em R\$ 50.000,00.
- (B) negativa em R\$ 20.000,00.
- (C) nula.
- (D) negativa em R\$ 40.000,00.
- (E) positiva em R\$ 30.000,00.

44. No sistema de custeio variável, margem de contribuição unitária corresponde à diferença entre o

- (A) custo médio unitário e o custo variável unitário.
- (B) custo variável unitário e o custo fixo unitário.
- (C) preço de venda e o custo variável unitário.
- (D) preço de venda e o custo fixo unitário.
- (E) preço de venda e o custo médio unitário.

45. Uma determinada sociedade empresária adota o sistema do custeio padrão. Ao final do exercício social, constatou que o preço efetivo de uma unidade de matéria prima foi superior em 20% ao preço padrão, mas a quantidade efetiva das unidades foi inferior à quantidade padrão em 25%. Portanto, em relação a esse item, houve uma variação

- (A) favorável em 5%.
- (B) favorável em 10%.
- (C) nula.
- (D) desfavorável em 5%.
- (E) desfavorável em 10%.

46. A Cia. Americana optou por ser tributada pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) com base no lucro real anual. Foram tiradas as seguintes informações do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR):

• Lucro antes do IRPJ	850.000,00
• Adições do IRPJ	360.000,00
• Exclusões do IRPJ	260.000,00
• Prejuízo fiscal de períodos anteriores	300.000,00

O valor devido do IRPJ (inclusive o adicional, se for o caso) pela companhia, nesse período de apuração, correspondeu, em R\$, a:

- (A) 213.500,00
- (B) 212.500,00
- (C) 162.500,00
- (D) 142.250,00
- (E) 139.250,00

47. Observe a lista de receitas orçamentárias a seguir:

- Receita Patrimonial
- Receitas Imobiliárias
- Receita de Operações de Crédito
- Receita da Alienação de Bens Imóveis
- Receita da Dívida Ativa
- Receita da Amortização de Empréstimos
- Receita de Concessões efetuadas pelo Ente Público
- Receita de Multas e Juros de Mora

Nessa lista, o número total de receitas que são classificadas como receitas de capital é:

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

- 48.** De acordo com a NBC TA 705, quando o auditor independente tiver obtido uma evidência apropriada e suficiente e concluir que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis, ele deve emitir um relatório (atual denominação do parecer de auditoria)
- (A) com abstenção de opinião.
  - (B) sem ressalvas.
  - (C) com ressalvas.
  - (D) adverso.
  - (E) renunciando ao trabalho de auditoria.
- 49.** O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ente federado
- (A) deverá conter o Anexo de Metas Fiscais para o período, onde serão fixadas, entre outras, as metas para o resultado nominal e o resultado primário.
  - (B) estabelecerá critérios e forma de limitação de empenho no caso de a dívida consolidada do ente federado superar os limites fixados ao final de um quadrimestre.
  - (C) disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos nela previstos.
  - (D) será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
  - (E) poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, desde que financiada com créditos extraordinários criados pelo Poder Executivo.
- 50.** De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, considera-se como despesa corrente de caráter continuado aquela derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a
- (A) um exercício.
  - (B) dois exercícios.
  - (C) três exercícios.
  - (D) quatro exercícios.
  - (E) cinco exercícios.
- 51.** A Lei da Responsabilidade Fiscal, em seu art. 14, estabelece determinados critérios para que o Estado federado tome medidas que impliquem renúncia de receita. Constitui renúncia de receita, nos termos do citado artigo,
- (A) permissão de crédito para impostos não cumulativos.
  - (B) redução da alíquota de imposto de importação.
  - (C) redução da alíquota de imposto sobre produtos industrializados.
  - (D) redução da alíquota do imposto sobre operações financeiras.
  - (E) concessão de isenção em caráter não geral.
- 52.** Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal dos municípios, em relação à sua receita corrente líquida, não poderão exceder o limite de
- (A) 60%, sendo que no máximo 10% do valor correspondente poderá ser utilizado para pagamentos do Poder Legislativo, e os restantes 90%, para o Poder Executivo.
  - (B) 60%, sendo que no máximo 20% do valor correspondente poderá ser utilizado para pagamentos do Poder Legislativo, e os restantes 80%, para o Poder Executivo.
  - (C) 60%, sendo que no máximo 10% do valor correspondente poderá ser utilizado para pagamentos do Poder Legislativo, 80% para o Poder Executivo, e os restantes 10%, para o Poder Judiciário.
  - (D) 50%, sendo que no máximo 10% do valor correspondente poderá ser utilizado para pagamentos do Poder Legislativo, e os restantes 90%, para o Poder Executivo.
  - (E) 50%, sendo que no máximo 10% do valor correspondente poderá ser utilizado para pagamentos do Poder Legislativo, e os restantes 90%, para o Poder Executivo.
- 53.** A verificação do cumprimento dos limites para a despesa com pessoal dos entes federados, referida na Lei da Responsabilidade Fiscal, deverá ser efetuada no final de cada
- (A) mês.
  - (B) bimestre.
  - (C) quadrimestre.
  - (D) semestre.
  - (E) ano.

- 54.** Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito à destinação de recursos de entes públicos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, é correto afirmar que
- (A) essa destinação deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
  - (B) não há qualquer restrição quando essa destinação for efetuada por meio de órgãos da administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, do ente federado.
  - (C) é plenamente lícita quando se tratar de recursos destinados à participação em constituição ou aumento de capital em empresas das quais o ente federado é ou será sócio ou acionista.
  - (D) na concessão de crédito por ente da Federação, a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres poderão, caso autorizados em lei, ser inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
  - (E) é vedado ao Banco Central do Brasil conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.
- 55.** A Lei da Responsabilidade Fiscal prevê limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios. Para fins de verificação do atendimento do referido limite, a apuração do montante da dívida consolidada de cada ente federado será efetuada ao final de cada
- (A) ano.
  - (B) semestre.
  - (C) quadrimestre.
  - (D) trimestre.
  - (E) bimestre.
- 56.** Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite, de acordo com o disposto na Lei da Responsabilidade Fiscal, deverá ser a ele reconduzida até o término dos
- (A) três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% (cinquenta por cento) no primeiro.
  - (B) três meses subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
  - (C) três semestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 15% (quinze por cento) no primeiro.
  - (D) três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
  - (E) três semestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% (cinquenta por cento) no primeiro.
- 57.** A Lei da Responsabilidade Fiscal estabelece, no que diz respeito às operações de crédito por antecipação de receita, que estas deverão cumprir as exigências de quaisquer operações de crédito e mais a seguinte (entre várias outras mencionadas no art. 38 da referida Lei):
- (A) realizar-se-á somente a partir do trigésimo dia do início do exercício.
  - (B) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de janeiro do exercício seguinte.
  - (C) deverá ser autorizada, mesmo que efetuada a taxas superiores à taxa básica financeira e acrescida de outros encargos, caso a insuficiência de caixa do ente federado estiver muito pronunciada e desde que aprovada por medida do Senado Federal.
  - (D) estará proibida no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
  - (E) Será computada no limite estabelecido no inciso III do art. 167 da CF/88, que dispõe que as operações de crédito não poderão exceder o total das despesas de capital do ente federado.
- 58.** De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, é vedado ao titular de Poder Executivo do ente federado contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito,
- (A) nos dois últimos quadrimestres de seu mandato.
  - (B) no último ano de seu mandato.
  - (C) no último trimestre de seu mandato.
  - (D) nos dois últimos bimestres de seu mandato.
  - (E) nos dois últimos anos de seu mandato.

- 59.** A respeito da gestão patrimonial dos entes federados, a Lei da Responsabilidade Fiscal permite
- (A) que as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência geral e próprio dos servidores públicos sejam utilizadas para financiar empresas controladas pelo ente público.
  - (B) que a empresa controlada pelo ente público que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, disponha de autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
  - (C) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
  - (D) que a lei orçamentária e as leis de créditos adicionais incluam novos projetos, mesmo que não estejam adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.
  - (E) desapropriação de imóvel urbano sem prévio depósito judicial do valor da indenização, desde que o interesse público esteja devidamente comprovado.
- 60.** Em relação às licitações, a Lei nº 8.666/93 (consideradas as mudanças de redação por meio de leis posteriores) estabelece que
- (A) deve ser adotada a modalidade de licitação denominada concorrência para obras e serviços de engenharia cujo valor seja superior a R\$ 1.500.000,00.
  - (B) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
  - (C) é dispensável a licitação para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, qualquer que seja seu valor.
  - (D) é indispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por empresário exclusivo, mesmo que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
  - (E) as licitações serão sempre efetuadas no local onde se situar a repartição interessada e dela não poderão participar interessados residentes ou sediados em outros locais.

